

**PELAS PÁGINAS
DO JORNAL VIDA OPERÁRIA: ASPECTOS ACERCA DO MUNDO DO TRABALHO NO AMAZONAS NA
DÉCADA DE 1920**

Luciano Everton Costa Teles¹

83

Resumo: Em geral sabe-se que o universo operário é marcado por denúncias, propostas e lutas estabelecidas contra as pressões e as configurações assumidas por uma organização capitalista de produção racional e disciplinada. No Amazonas esse processo se deu com a exploração da borracha, inserindo a região no mercado mundial e transformando Manaus em centro comercial e exportador. O presente texto procura apontar alguns aspectos, através das páginas do jornal Vida Operária, do universo do trabalho urbano da Manaus da borracha, apontando as denúncias e demandas discutidas e levantadas pelo referido jornal no início da década de 1920.

Palavras-chave: Jornal Vida Operária, Mundos do Trabalho, Amazonas.

Abstract: In general it is known that the universe is marked by worker complaints, proposals and struggles set against the pressures and configurations assumed by a rational and disciplined organization of capitalist production. In the Amazon this process occurred with the exploitation of rubber, entering the region in the global market and turning Manaus business and export center. This paper seeks to highlight some aspects, through the pages of the newspaper Workers' Life, the universe of the urban work of Manaus rubber, pointing and discussed complaints and demands raised by the newspaper in the early 1920.

Keywords: Life Worker Journal, Worlds of Labour, Amazonas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas. Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Assistente 2 da Universidade do Estado do Amazonas/CEST. E-mail: lucianoeverton777@hotmail.com

Ao desenvolver atividades de pesquisa nos arquivos situados na cidade de Manaus, em especial na Biblioteca Pública do estado do Amazonas, foi possível entrar em contato com uma gama de jornais operários, dentre eles o jornal Vida Operária.

Esse jornal chamou atenção por duas questões importantes: 1) pelo número seguido de títulos publicados, no caso 26 números, 2) pelos conteúdos presentes em suas páginas.

No primeiro caso, dos jornais preservados nos arquivos poucos passavam de 10 títulos (com exceção do jornal Tribuna do Caixeiro) e muitos não eram títulos publicados na sequência.² No segundo caso, diferentemente dos outros jornais operários, o Vida Operária trazia, por força dos 26 números publicados de uma forma ininterrupta, um conjunto de informações significativas – denúncias, demandas, disputas políticas, etc. – para entender o mundo do trabalho na Manaus do início do século XX.

Neste sentido, pareceu de uma potencialidade ímpar explorar as volumosas e diversificadas referências acerca do universo do trabalho urbano em Manaus, veiculadas pelo jornal Vida Operária, investigando sua trajetória e, ao mesmo tempo, as questões pontuadas em suas páginas sobre o universo do trabalho urbano.³

Com efeito, mesmo após a defesa da dissertação, em outubro de 2008, vários aspectos acerca do mundo do trabalho em Manaus precisavam ser destacados. Nesta esteira se coloca a presente comunicação que tem como objetivo destacar e discutir alguns aspectos relacionados ao mundo do trabalho no Amazonas, por meio das denúncias e demandas veiculadas pelo jornal em tela.

Para isso, num primeiro momento houve a necessidade de apontar a inserção do Amazonas no mercado mundial, via exportação da borracha, e os impactos socioeconômicos sobre a cidade de Manaus. Em seguida, iluminar os reflexos desse processo no universo do trabalho urbano para, por

² Importante apontar que muitos dos jornais encontrados nos arquivos tiveram muito mais que dez títulos publicados, porém se perderam ao longo do tempo, não estando presentes nos arquivos.

³ TELES, Luciano Everton Costa. *A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, 2008.

fim, por meio das denúncias e demandas presentes no jornal Vida Operária, apontar alguns aspectos do mundo do trabalho na região.

A INSERÇÃO DO AMAZONAS NO CONTEXTO MUNDIAL VIA EXPORTAÇÃO DA BORRACHA

Quando se fala em exportação da borracha amazônica, em geral, procura-se situar esse processo no final do século XIX e início do XX, ou seja, no auge das exportações. Porém, a borracha presente na Amazônia já era exportada para as nações que possuíam “indústria de produtos de borracha”, ainda que em quantidades modestas, desde a primeira metade do século XIX (meados de 1830 em diante).⁴

Nessa indústria ela era utilizada enquanto matéria-prima para a produção de bens industriais e bens de consumo. Entretanto, a sua utilização era limitada em virtude das influências que sofria com as mudanças de temperatura⁵, o que só foi superado após o processo de vulcanização (1839) empreendido por Charles Goodyear que tornou a goma elástica resistente ao calor e ao frio.

Assim, a chamada “borracha vulcanizada” passou a ter sua utilização ampliada. Rodas dentadas, correias, mangueiras e outros produtos passaram a ser produzidos tendo-a como matéria-prima. Este crescimento da borracha enquanto matéria-prima pode ser constatada no quadro abaixo:

TABELA I

ANO	KG	ANO	KG
1827	31.365	1846	673.725
1830	156.060	1850	1.446.550

⁴ SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

⁵ A borracha possuía alta sensibilidade a mudanças de temperatura, por exemplo, “botas de borracha tornavam-se duras como pedra no inverno e grudentas como piche no verão”. WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 22.

1836	189.225	1856	1.906.000
1840	388.220	1860	2.673.000

Produção de borracha na Amazônia entre os anos 1827 a 1860. ⁶

O processo de vulcanização acabou por impulsionar o consumo da borracha pelas nações industrializadas. Tal consumo se tornou ainda mais intenso com a produção e difusão da bicicleta, em 1890, e a popularização do automóvel a partir de 1900 (sobretudo pelo desenvolvimento de pneumáticos).

Conhecida e utilizada pelos indígenas da Amazônia, a hévea torna-se produto comercial de crescente importância após a descoberta da vulcanização da borracha, em 1840. Neste período praticamente toda a borracha era extraída na área amazônica, em território brasileiro ou de países limítrofes, sendo comercializada nos portos de Manaus e Belém. (...) a borracha ganha (...) destaque em nossa pauta de exportação [Brasil] a partir de 1851-60, ocupando o terceiro lugar nela em 1881-90 e o segundo a partir de 1891 até o fim da Primeira Guerra Mundial.

A demanda da borracha nos países industrializados crescia fortemente, devido à utilização da mesma na fabricação de pneus de veículos: de bicicleta primeiro, de automóveis depois. ⁷

Instalada a demanda externa por borracha, no século XIX, a Amazônia foi incorporada ao mercado mundial articulado. Importante assinalar que isso fez parte de um processo maior ligado ao sistema capitalista de produção que nesse século assumiu uma nova fase de expansão, o que ensejou a incorporação de “regiões remotas” do globo, tornando-as palcos da reprodução de capitais. Sobre este ponto Eric Hobsbawm destacou:

O fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais

⁶ Idem, p. 23.

⁷ SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional (1889-1930). In: Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira vol. III. O Brasil Republicano (1889-1930)*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1997, p. 360-361.

densa de transações econômicas, comunicações e movimento de bens, dinheiro e pessoas ligando países desenvolvidos entre si ao mundo não desenvolvido.⁸

Em nível global, foi esse movimento que levou a Amazônia a ser incorporada ao mercado mundial, uma vez que as indústrias norte-americanas e europeias de borracha exigiram uma maior demanda desta matéria-prima. Isto impactou duas cidades que acabaram se tornando centros comerciais: Manaus e Belém. Nesta comunicação o interesse e o foco recaem sobre Manaus, não sendo nosso objetivo discutir esse processo em Belém.⁹

Sendo assim, o processo de expansão econômica trouxe consigo um conjunto de transformações que atingiram o espaço urbano de Manaus. Nele dois elementos foram de profunda importância: a implantação de uma rede de comercialização da borracha e o desenvolvimento de uma infraestrutura necessária para o escoamento do produto.

Sobre a implantação de uma rede de comercialização da borracha, em que pese à importância da cadeia comercial em si¹⁰, o foco foi sobre o elemento central desta cadeia, ou seja, as casas aviadoras.

Conhecidas também como “casas recebedoras” tinham múltiplas funções. Dentre elas a de financiar e comercializar a borracha; negociar com as casas importadoras, as mercadorias que seriam passadas para o negociante do vilarejo, ao regatão, ao seringalista e por fim ao seringueiro; providenciar o transporte e a distribuição dos retirantes que se deslocavam do nordeste, fugindo dos problemas gerados pela seca, em busca de trabalho no Amazonas (seringais); atuar como representante legal e financeiro de seus clientes mais ricos que residiam no interior e por fim, realizar a abertura de novos seringais.¹¹

⁸ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 95.

⁹ Para Belém ver SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000, FONTES, Edilza (org.) *Contando a História do Pará. Da conquista à sociedade da borracha*. Vol. I. Belém: E. Motion, 2002.

¹⁰ Estruturação de um processo interligando o barracão, no seringal, ao mercado exportador e importador, tendo vários elementos como intermediários como, por exemplo, aviador de 1ª linha e outros, sendo as casas aviadoras o elo central e principal dessa cadeia. Ver WEINSTEIN, Bárbara. *Seringueiros e comerciantes (Capítulo 1)*. In: *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993.

¹¹ WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia... Op. Cit.*, p. 33-34.

O papel desempenhado por esses estabelecimentos comerciais foi o de financiar e comercializar a borracha na região, fazendo chegar os implementos necessários à organização e funcionamento da vida econômica dos seringais, bem como recebendo deles, no final do período de extração, as remessas de borracha que, posteriormente seriam exportadas para a Europa e Estados Unidos.¹²

Como a borracha se mostrou um empreendimento rentável, o capital estrangeiro passou a atuar na região com o objetivo de assegurar a exploração do produto, contribuindo desta forma não só para a consolidação da cadeia comercial desenvolvida, ancorada no sistema de aviamento¹³, como também para a construção, na cidade de Manaus, de uma infraestrutura que melhor viabilizasse o escoamento do produto.

A produção de uma infraestrutura adequada era importante para o escoamento da produção, facilitando a circulação de pessoas e capitais. Como a produção da borracha se dava fora do espaço urbano (nos seringais), a cidade se colocava como ponto de escoamento. Neste sentido, houve a necessidade de criar uma gama de atividades econômicas ligadas à circulação, consumo e serviços – como transportes, limpeza pública, água, luz, esgoto.

Esses serviços, para serem executados, foram entregues, por concessão, ao capital estrangeiro, notadamente inglês, que passou a agenciar melhoramentos ou mesmo criar serviços até então inexistentes na cidade. Empresas como a Manáos Markets, Manáos Tramways and Light, Manáos Improvements, Manáos Harbour, Amazon Engineering, Amazon Telegraph, Booth Line e Amazon River, passaram a manter relações cotidianas com a população local.¹⁴

¹² PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999, p. 37.

¹³ Sistema desenvolvido no contexto da “Amazônia Colonial”, utilizado e reforçado no processo de exploração da borracha, consistia em fornecer, de forma adiantada, mercadorias a crédito. Ver SANTOS, Roberto. O equilíbrio da firma aviadora e o significado econômico-social do aviamento. *Revista Pará Desenvolvimento*, Belém, n. 3, 1968, OLIVEIRA, A. E. *Ocupação Humana na Amazônia: desenvolvimento integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

¹⁴ DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999, p. 50, PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 42.

A EXPORTAÇÃO DA BORRACHA E OS IMPACTOS SOBRE O UNIVERSO DO TRABALHO URBANO EM MANAUS

Como já foi mencionado anteriormente, com a inserção do Amazonas no mercado mundial, a cidade de Manaus passou a assumir a função de centro comercial. Diversas atividades, em grande medida moldadas pela posição econômica assumida pela cidade, foram desenvolvidas no interior do espaço urbano. Além das firmas estrangeiras que passaram a atuar na administração dos serviços urbanos (porto, transporte, energia, abastecimento de água, etc.) ocorreu uma ampliação significativa da praça comercial. Diversos estabelecimentos comerciais passaram a comercializar uma variedade de produtos nacionais e importados, assim como uma gama variada de serviços (hotéis, restaurantes, botequins, etc.) passaram a ser oferecidos na cidade.

Além disso, a cidade passou a presenciar o surgimento de Marcenarias, Sapatarias, Alfaiatarias, Fábricas de Tecido, Fábricas de Roupas, Fábricas de Cestas e Vassouras, Funilarias, Tabacarias, Fábricas de Panificação, Fábrica de Cerveja e Gelo, Fábrica de Sabão e outros.¹⁵

Enfim, percebe-se que as atividades econômicas que se desenvolveram no espaço urbano de Manaus tinham como alicerces as atividades de circulação e consumo, havendo a atuação, em pequena escala, de oficinas/fábricas específicas. Com efeito, a ampliação do mercado de trabalho manauara se deu ancorado nestas bases. Não se pode deixar de mencionar também o Governo Estadual, em especial o serviço burocrático que exigia também “um corpo técnico para áreas especializadas como saúde, educação, saneamento, etc.”, inserindo-se aí “médicos, enfermeiras, juízes, professores, engenheiros” e outros.¹⁶

Cabe lembrar também que a imigração foi essencial para a ampliação das atividades acima destacadas. A partir do final do século XIX, Manaus passou a receber uma onda imigratória crescente. Um número significativo de pessoas, entre estrangeiros e nacionais, acabou por marcar presença no universo urbano e a disputar espaços de trabalho nas mais diferentes atividades. Esse

¹⁵ COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: cotidiano de trabalhadores em Manaus, 1915-1925*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2000, p. 53.

¹⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte Pinheiro. *Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920*. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História/ANPUH*, São Leopoldo/RS, 2007, p. 5.

processo se intensificou ainda mais a partir do aumento das exportações da goma elástica. Segundo Dias:

É no decorrer desse processo [de expansão econômica] que Manaus passa a vivenciar a ampliação e remodelação de seu espaço, assim como o aumento de sua população. Se em 1852 a cidade contava com uma população de 8.500 habitantes, em 1890 já tem sua população ampliada para 50.300, sendo o processo migratório o principal responsável por este crescimento populacional. O centro urbano se constitui como polo de atração de gente das mais diversas nacionalidades: ingleses, alemães, portugueses, espanhóis, italianos, franceses, deslocam-se para cá, com também imigrantes de vários estados do país.¹⁷

Assim, a ampliação do mercado de trabalho manauara se deu em virtude da expansão econômica associada ao crescimento populacional.

O JORNAL VIDA OPERÁRIA E ALGUNS ASPECTOS ACERCA DO MUNDO DO TRABALHO NO AMAZONAS NA DÉCADA DE 1920: DENÚNCIAS E DEMANDAS

No Brasil, em especial nas principais capitais, a produção e difusão da imprensa, em particular da imprensa operária, deram-se pelas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas no final do século XIX¹⁸ associadas ao avanço das técnicas de produção dos periódicos e dos segmentos médios urbanos – advogados, médicos, professores, funcionários públicos e outros. Este último produzindo um aumento no número de pessoas que possuíam o domínio da leitura e da escrita.

Seria principalmente nas últimas décadas do século XIX, surpreendida pela turbulência das transformações sociais, que a cultura letrada e impressa começaria decididamente a avançar para além das elites tradicionais. Nessa época, em ritmo acelerado, no compasso de um modo de vida que exporta capitais e invade

¹⁷ DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto... Op. Cit.*, p. 38.

¹⁸ Entre as transformações se tem a abolição da escravidão, a proclamação da República, os processos de industrialização, ampliação do mercado interno e a imigração.

rapidamente inúmeros espaços do planeta, a história da formação das metrópoles brasileiras multiplica o tempo e a experiência social.¹⁹

Com a expansão dos grupos produtores de periódicos, temas relacionados com as cidades e as relações entre os grupos presentes no espaço urbano passaram a ser retratadas. Neste sentido,

A cidade intromete-se na imprensa. O crescimento da cidade, a diversificação das atividades econômicas, a ampliação do mercado e o desenvolvimento da vida mundana são incorporados às formas e conteúdos dessas publicações. Através de novas temáticas, personagens e linguagens, o processo social que transforma a cidade passa também a configurar as publicações.²⁰

Entre os grupos que se envolveram nesse processo de feitura de periódicos estão os trabalhadores.²¹ No Brasil, particularmente nas principais capitais brasileiras, a formação da classe operária ocorreu com o advento da urbanização e industrialização. Não obstante, como alguns estudos apontam²², o surgimento da classe operária deve ser pensado menos como uma relação mecânica e automática entre indústria e operário – este como consequência direta daquela – e mais como “fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares”.²³

Neste sentido, como assinala Batalha, pode-se falar de formação da classe operária como “um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e pelo desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda manifestação que afirma seu caráter de classe”.

24

¹⁹ CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC, 2000, p. 43.

²⁰ Idem, p. 80.

²¹ Além dos grupos economicamente dominantes que também possuíam seus periódicos, sejam revistas ou jornais, e, por meio deles, defendiam suas propostas política e econômica.

²² PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *“Que a União Operária seja nossa pátria!”*. História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Porto Alegre: UFSM/UFRGS, 2001. BATALHA, Cláudio. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. IN: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano Vol 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²³ THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 30.

²⁴ BATALHA, Cláudio. *Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva... Op Cit.*, p. 173.

A imprensa operária é uma dimensão dessa manifestação e, em Manaus, surgiu no contexto de transformações demandadas pela exportação da borracha. O baixo nível demográfico, o isolamento geográfico, o incipiente nível técnico, a inexistência de uma mão de obra especializada e os baixos índices de letramento e alfabetização²⁵ que se colocaram como obstáculos aos periódicos foram superados pelo avanço da economia gomífera. Este avanço elevou o nível demográfico, interligou a região do extremo norte a outras regiões do Brasil e do globo (outros países).

A expansão da economia da borracha contribuiu para transformar Manaus em importante centro comercial. Desta forma, a cidade passou a vivenciar em seu espaço urbano o surgimento, a ampliação e diversificação de atividades econômicas ligadas, sobretudo à circulação, consumo e serviços que passaram a absorver uma quantidade significativa de trabalhadores nacionais e estrangeiros.

O jornal Vida Operária surgiu nesse contexto²⁶ e incorporou questões presentes no universo urbano, particularmente no mundo do trabalho.²⁷ Foi produto de um grupo de pessoas que não eram propriamente operários – ligados aos segmentos médios urbanos eram professores,

²⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte... Op. Cit*, p. 65-66.

²⁶ Após 1880 ocorreu um processo de proliferação e diversificação de jornais. Este processo foi alimentado pelo “boom” da economia gomífera que possibilitou não somente o capital necessário para a modernização das oficinas tipográficas (novas tecnologias) como também a oferta de profissionais especializados (tipógrafos) e a ampliação do círculo de produtores e leitores de jornais. Desta forma, a composição do cenário jornalístico entre os anos de 1880 e 1920 incluiu os “Pasquins” cujo foco é a sátira social; a “Imprensa Estudantil” que discutia tanto questões literárias e científicas quanto questões políticas de âmbito local e nacional; as “Polyanthéas” espécie de impresso produzido em homenagem a governadores, artistas e instituições políticas e sociais; a chamada “Grande Imprensa” composta pelo O Amazonas, Jornal do Comércio, Diário de Notícias, Correio do Norte, Gazeta da Tarde e outros; Por fim, jornais de cunho operário que criticavam a ordem política, econômica, social e cultural vigente. Ver SOUZA, Leno José Barata. *Vivência Popular na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2005, p. 76.

²⁷ Percebe-se a existência de dois eixos principais no discurso do jornal. O primeiro está ligado à elaboração de críticas ao sistema capitalista e sua atuação exploradora e opressora sobre o operário. O segundo está associado à orientação para uma determinada ação operária no sentido de se obter uma mudança social. Os desdobramentos que surgem a partir daí trazem como questões a importância de um veículo de comunicação para a discussão e difusão de idéias, as desigualdades sociais presentes no mundo moderno, a situação política do operariado amazonense, a ação operária a ser seguida, a organização dos trabalhadores em associações, a fundação de um partido operário, a importância do processo político-eleitoral e denúncias sobre questões do trabalho (acidentes de trabalho, demissões arbitrárias, multas e penalidades) e da vida (carestia dos gêneros de primeira necessidade, alcoolismo, jogatina e outros).

advogados, poetas, etc. – mas que direcionavam seu discurso para eles, incorporando como colaboradores líderes de associações e sindicatos, como por exemplo, Anacleto Reis que era uma destacada liderança dos estivadores.²⁸

Importante assinalar que os editores e colaboradores se afirmavam como lideranças, produzindo e difundido o jornal, e o que ele continha em termos de conteúdo, em nome dos trabalhadores.²⁹ Portanto, não se podem tomar as lideranças e suas ideias propagandeadas no jornal como sendo as dos trabalhadores como um todo, ou seja, tomar a “fala” da liderança como se fosse a “fala” da classe³⁰, mas perceber que o jornal Vida Operária se constituía como um veículo produzido por um grupo que tinha um projeto político reformista³¹ que ordenava uma forma de intervenção social específica no sentido de defender os trabalhadores, colocando-se ao lado de outros grupos que produziam jornais de cunho político diferentes – como, por exemplo, o jornal A Lucta Social, anarco-sindicalista – que também disputavam a liderança dos trabalhadores.

Neste sentido, o foco desta comunicação recai sobre o jornal e, portanto, o discurso das lideranças que estavam por trás dele. Além disso, não se pode deixar de lado o contexto de

²⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 171-178.

²⁹ FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988, p. 13-14.

³⁰ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 17.

³¹ A atuação do jornal Vida Operária se dava em torno de quatro pontos principais. Em primeiro lugar, uma posição de crítica moderada ao universo social em disputa. Neste caso, é preciso esclarecer que este “moderado” é tomado em contraponto aqueles que tinham por base a transformação radical da estrutura social. Portanto, para os articulistas do jornal, a ordem e a lei estabelecidos eram destacados e observados, ou seja, a atuação se daria obedecendo a estes dois elementos. Em segundo lugar, a inserção de representantes da causa operária (de dentro ou de fora da classe operária) na esfera representativa republicana. Deste modo, a existência de um partido operário era primordial para levar adiante a luta operária. O partido político atuaria apresentando e apoiando candidatos e difundindo e defendendo um programa de reformas. Esta defesa se daria por meio de pressões morais e pela eleição de representantes operários que por meio de leis garantiriam as demandas da categoria. Em terceiro lugar, a organização e a instrução, dois elementos que se colocariam como suporte deste projeto político. A organização garantiria a união e coesão do grupo, transformando-o em uma força social capaz de produzir mudanças. A instrução, considerada como elemento fundamental para o enriquecimento moral e político, garantiria a interlocução social em “condições paritárias” e a inserção política, num regime entregava o direito do voto aos alfabetizados. Por último, o diálogo entre as classes, visando à colaboração. Por estes pontos, é possível afirmar que este jornal tinha uma nítida influência do reformista.

mudanças socioeconômicas, retratadas anteriormente, onde o jornal se inseriu, uma vez que só é possível entendê-lo conectado à sociedade onde surgiu.³²

Com efeito, recuperando as denúncias que constam em suas páginas, podem-se agrupá-las em três grandes grupos: denúncias que 1) denotam a implantação de uma racionalização do trabalho, fruto das transformações que se deram na cidade, 2) apontam o impacto que a crise econômica exerceu no mundo do trabalho e 3) reforçam a imigração e as disputas travadas por trabalho entre estes e os nacionais/nativos.

Com relação ao primeiro grupo, as denúncias que apareceram nas colunas do jornal foram direcionadas ao disciplinamento do trabalho, que acompanhou e se intensificou com o capital inglês instalado na região, impactando os costumes presentes e produzindo conflitos e afirmações muitas vezes preconceituosas de que os nativos eram “preguiçosos” e pouco afeitos ao trabalho.³³

Ampliação da jornada de trabalho, vigilância, penalidades e multas por atraso constituíram-se instrumentos que expressavam a tentativa de construção dessa disciplina de trabalho, na tentativa de assegurar a presença dos operários nos espaços de atuação profissional e o controle sobre seu tempo e ritmo de trabalho.³⁴ Certamente que isso era produto de concepções diferentes entre patronato inglês e trabalhadores nacionais/nativos acerca do trabalho e do tempo.³⁵

Neste sentido, a Amazon Engineering foi alvo de denúncias quanto aos olhares atentos dos vigias sobre os operários que trabalhavam na oficina.

Chegou ao nosso conhecimento que o gerente da “Amazon Engenharia” determinou aos vigias das oficinas que não consinta os operários passar mais de cinco minutos na sentina. É uma medida vexatória e anti-higiênica do sr. Gerente, que pode ocasionar aos operários moléstias, taes como o volvo ou uma infecção intestinal, devido temperamento da nossa região, além de tudo essa medida pode

³² HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho... Op. Cit.*, p. 27-28.

³³ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 118.

³⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comuns: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

³⁵ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

trazer outras consequências como há poucos dias, aconteceu de haver um atrito entre o vigia e um operário.³⁶

Essas denúncias não ficaram somente no jornal *Vida Operária*, foram veiculadas também por outros jornais. O *Extremo Norte* estampou em sua primeira página um artigo intitulado “Explorações da Tramways”, tratando da ampliação da jornada de trabalho pela empresa.

Os nossos companheiros de luta que começavam o seu trabalho quotidiano as seis e meia horas e largavam para almoçar às onze; recomeçavam às treze e concluíam às dezeseite e meia, e aos sábados às dezeseite, agora, são obrigados a trabalhar de seis às seis.³⁷

Um desdobramento disso foi o convívio tenso entre as categorias de trabalhadores que atuavam numa mesma companhia estrangeira. Os diferentes cargos ocupados obedeciam a uma ordem hierárquica que ordenava as relações num âmbito de subordinação e obediência, o que gerava tensão entre as diferentes categorias de trabalhadores, principalmente quando havia vigilância quanto ao horário, execução do serviço e outros pontos referentes às atividades laborais.

Na Manaós Harbour, empresa inglesa que administrava o porto, esses conflitos também emergiram. No porto, o capataz tinha a responsabilidade em imputar ao estivador penalidades e multas, motivadas por inúmeras posturas consideradas transgressões como: morosidade no serviço, saída dos armazéns sem autorização, pequenos furtos, sabotagens no serviço e outras posturas consideradas nocivas ao processo de trabalho. Por conta desta relação, contra eles era dirigida boa parte de queixas feitas pelos estivadores.³⁸

O segundo grupo de denúncias permite reforçar a visão de uma “gradual decadência” da borracha.³⁹ Nesse contexto, a conjuntura de crise econômica vivida no início da década de 1920

³⁶ *Vida Operária*, nº 6. Manaus, 14 de março de 1920.

³⁷ *O Extremo Norte*, nº 13. Manaus, 08 de abril de 1920.

³⁸ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros... Op. Cit.*, p. 110-11.

³⁹ WEINSTEIN, Bárbara. A longa decadência (Capítulo 2). In: *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993.

afetou diretamente os serviços empreendidos pelas empresas inglesas, em especial pelo movimento de desarticulação econômica mundial da região.

As empresas, como a Manáos Tramways e Amazon Engineering, deixaram de injetar capitais nos serviços que eram responsáveis, precarizando equipamentos, aparelhos e demais instrumentos de trabalho e, ao precarizá-los, tornava a atividade de seus trabalhadores perigosa.

Isto é apenas uma das formas de impacto da crise da borracha no universo do trabalho urbano em Manaus e num setor específico, o de serviços, o que gerou uma série de denúncias sobre as condições de trabalho nesses espaços.

As machinas estão completamente estragadas, os mancaes escorados com madeiras; as bobinas dos motores estão sendo cheias com fios velhos e as caldeiras em lamentável estado, podendo de uma hora para outra tudo aquilo virar pelos ares.⁴⁰

Esta denúncia foi direcionada a Manáos Tramways empresa que, por concessão do poder público, era responsável pelos serviços de bondes⁴¹ e energia elétrica. Além dela, a Amazon Engineering, empresa inglesa de engenharia, foi acusada de não fornecer materiais adequados para que seus trabalhadores pudessem desenvolver as atividades laborais.⁴²

Ainda com relação à Manáos Tramways:

O estado lamentável em que se acham todos os serviços dessa companhia, é tão extraordinário, que não sabemos por onde começar a nossa reclamação. “No nosso numero passado, falamos sobre a Usina do Plano Inclinado, que graças ao seu estado de ruínas, ameaça a qualquer momento, um grande sinistro, sem que até hoje, houvesse qualquer providência tomada a respeito”. Quanto aos fios e cabos condutores se tem a seguinte pergunta: “porque os fios da eliminação pública e os cabos condutores de corrente, conservam-se nus em diversas partes, e quando são concertados, são com fios velhos ?⁴³

⁴⁰ *Vida Operária*, nº 8. Manaus, 28 de março de 1920.

⁴¹ Sobre os bondes ver MAGALHÃES, Soraia Pereira. *O Transporte Coletivo Urbano de Manaus: bondes, ônibus de madeira e metálicos*. Dissertação de Mestrado/PPGSCA. Manaus: UFAM, 2003.

⁴² *Vida Operária*, nº 8. Manaus, 28 de março de 1920.

⁴³ *Vida Operária*, nº 10. Manaus, 11 de abril de 1920.

Associado a isso o jornal mencionava a possibilidade de ocorrer acidentes no trabalho.

Quarta-feira última estando o nosso camarada Francisco Isaphe, machinista da Uzina Central da Manáos Tramways, a manejar com um fiche das mesmas officinas, aconteceu que o referido aparelho, devido o mau estado em que se encontra, rebentando um cabo que o sustentava, apanhou desastradamente esse nosso amigo, atirando-o ao solo (...) lamentamos o estado em que se encontra o referido aparelho, chamando a atenção da Companhia afim de evitar outro acidente.⁴⁴

Com efeito, as precárias condições de trabalho, nas páginas do jornal *Vida Operária*, apresentavam-se como um problema a ser enfrentado pelos trabalhadores das empresas estrangeiras. O jornal registrava constantemente alguns acidentes que ocorriam:

Quarta-feira última, as 17 horas, o nosso companheiro de classe Otellino de Souza, empregado nas officinas da Manáos Tramways, estando a furar uma barra de aço, essa em dado momento, desequilibrado-se, cahiu, apanhando-o desastradamente, cortando-lhe o dedo médio da mão direita, e machucando-lhe os restantes. Socorrido por seus companheiros, foi levado à Pharmacia Borba, recebendo os primeiros curativos. Agora resta saber se esses tratamentos foram feitos á espensa da victima ou da Companhia, e se à mesma levou o facto ao conhecimento das auctoridades legaes, para que seja facultado os direitos que lhe assistem pela lei do accidente do trabalho!
Esperamos.⁴⁵

Além de procurar fomentar uma solução para a melhoria das condições de trabalho com o objetivo de evitar acidentes, quando estes aconteciam os editores do jornal procuravam verificar, numa atitude de investigação, se houve ou não o cumprimento da lei de acidente de trabalho⁴⁶ pela empresa.

⁴⁴ *Vida Operária*, nº 3. Manaus, 24 de fevereiro de 1920.

⁴⁵ *Vida Operária*, nº 1. Manaus, 08 de fevereiro de 1920.

⁴⁶ Em 1919 surgiu uma Lei que passou a regulamentar o acidente de trabalho. Por meio deste instrumento jurídico a empresa era obrigada, em caso de acidente no trabalho, a prestar assistência ao acidentado, custear o tratamento e manter o pagamento integral ao mesmo (mesmo que este estivesse impossibilitado de retomar suas atividades imediatamente).

A emergência da lei de acidente de trabalho, que foi anterior a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), acaba por revelar que a pressão exercida pelo movimento organizado dos trabalhadores forçou o Estado Nacional a produzir legislações que normatizassem a relação entre capital/trabalho, não somente na questão ligada aos acidentes de trabalho, mas também na regulamentação do trabalho do menor, das mulheres, na regulamentação de férias para o trabalhador e outras que pouco são mencionadas e, portanto, silenciadas.

Esse silêncio enseja outro silêncio, qual seja: sobre a luta dos trabalhadores por uma legislação que os protegesse. Certamente que academicamente este silêncio tem sido rompido ⁴⁷, por outro lado, no universo atual dos trabalhadores - e aqui é importante refletir sobre o alcance dos trabalhos acadêmicos, no âmbito da História do Trabalho, no universo dos trabalhadores e as consequências do alcance/não-alcance desses trabalhos – raramente encontram-se referências a esse processo que fuja da noção de concessão de direitos outorgado por Vargas. ⁴⁸

Portanto, cabe reforçar que “nem tudo começou a partir dessa data”, 1930. Já nos anos de 1910, o Estado Nacional foi pressionado a fazer aberturas em relação à classe operária e nos anos 1920 tornaram-se mais frequentes os ensaios de “legislação trabalhista”. ⁴⁹

Isto fica bastante evidente em Manaus com essa postura de fiscalização empreendida pelos editores do jornal Vida Operária sobre o cumprimento ou não da lei de 1919. Eles se preocupavam com relação a isso:

⁴⁷ FORTES, Alexandre, NEGRO, Antonio Luigi. *Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. Trajetos* (UNICAMP), Fortaleza, v. 1, n.2, p. 25-49, 2002, FORTES, Alexandre, NEGRO, Antônio Luigi, SILVA, Fernando Teixeira da, COSTA, Hélio da, FONTES, Paulo (Orgs.). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Vol. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, FORTES, Alexandre, PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, Lima Filho, Henrique Espada Rodrigues, Xavier, Regina Célia Lima (Orgs.). *Cruzando Fronteiras: Novos olhares sobre a história do trabalho*. Vol. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, NEGRO, Antônio. Luigi. *As Organizações dos Trabalhadores por Local de Trabalho (1945/1968)*. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 3, n.3, 1989, p. 7-27.

⁴⁸ Neste sentido, embora não tenha sido alvo de investigações profundas, mas sim de curiosidade, circulei por algumas associações perguntando acerca dos direitos trabalhistas – Vigilantes, metalúrgicos, rodoviários e outras – e a menção sobre Vargas foi inevitável.

⁴⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. O Proletariado Industrial na Primeira República. IN: FAUSTO, Boris (Org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 137.

[Que] ... não aconteça como está acontecendo com a lei de acidentes do trabalho, que alguns proprietários de oficinas e companhias diversas, além de não darem a devida publicidade da lei, procuram levá-la ao esquecimento, usando de todos os ordis, para fugirem a sua observância...⁵⁰

Além de reservar espaços nas colunas do jornal para destacar que a lei não era devidamente publicizada, não hesitavam em denunciar o não cumprimento da mesma.

No dia 10 de janeiro último o conductor chapa 13, Luiz Ventura da Silva, na ocasião em que procedia a cobrança, perdendo o equilíbrio, foi cuspidamente violentamente ao chão, recebendo forte pancada e diversas escuriações, prostrando-o sem falta durante todo o dia. Pois bem. O director da Companhia ou quem quer que fosse, mandou recolher o chapa 13 a Beneficente Portuguesa, arbitrando-lhe o salário de 5 horas de trabalho durante o tempo que estivesse em tratamento. Ora, sabem os nossos companheiros qual foi o resultado dessa amabilidade da Tramways? Lá vae.

Logo que o nosso companheiro Luiz Ventura voltou ao trabalho o gerente mandou que lhe fosse descontada mensalmente uma certa importância até final amortização das despesas feitas na beneficente.

Agora pergutamos nós:

Onde está a lei que regula o acidente de trabalho?⁵¹

Os animadores do jornal tinham uma postura de fiscalização e buscavam acompanhar o desenrolar de alguns tratamentos que eram resultados de acidentes no trabalho, tentando inclusive identificar os responsáveis pelo pagamento das despesas, se a empresa ou o trabalhador. Percebe-se no trecho extraído do jornal acima que quem pagou o tratamento foi o trabalhador, tendo 50% de seu salário cortado durante o tratamento e, após recuperação e retorno ao trabalho, o restante descontado em seu vencimento.

O não cumprimento da lei de acidente de trabalho não ficou restrito as empresas estrangeiras, estendendo-se também aos proprietários de oficinas em Manaus.

Estamos informados que o sr. Carvalho, proprietário de uma officina, mechanica à rua de S. Vicente não tem ate hoje ligado importância à Lei do accidente do

⁵⁰ *Vida Operária*, nº 1. Manaus, 08 de fevereiro de 1920.

⁵¹ *Vida Operária*, nº 7. Manaus, 21 de março de 1920.

trabalho. Alguns acidentes já se teem dado em sua officina e nunca tomou em consideração, nem tão pouco tem a mesma Lei afixada em logar visível, como manda a mesma.

Sabemos ainda, que outros proprietários de officinas procedem do mesmo modo. Com todos esses camaradas, estaremos de atalaia.⁵²

Em Manaus, diferentemente de São Paulo e Rio de Janeiro que tiveram um processo de industrialização significativo para este período, foram às oficinas e fábricas⁵³, e ainda de maneira tímida, que se destacaram, juntamente com o serviço burocrático estadual, a praça comercial e as empresas estrangeiras já mencionadas.

Outro impacto da crise econômica sobre o universo do trabalho urbano em Manaus foi à demissão. As empresas estrangeiras começaram a reduzir seus trabalhadores. Essas demissões ganharam as páginas do jornal *Vida Operária* que as denunciava. Segundo o jornal, “foguistas”, “chaufeurs do automóvel de transporte” “empregados da lancha” e outras categorias foram atingidas.

Sabemos que no dia 11 do corrente foi inopinadamente despedido do cargo de chauffeur (...) da Manãos Engenering o companheiro Menezes, sem dar para isso motivo algum.

A sua conducta e exemplar, podemos attestal-a. Basta dizer, como sorteado e praça do nosso exército, que chegou a ser cabo, e a sua caderneta, não tem a menor nota, e, como operário se tem conduzido na mesma norma de vida.

O snr. Menezes, procurando saber do director da Companhia qual motivo de sua demissão teve o silêncio por resposta.

Mais outro absurdo! Mais outra monstruosidade praticada por um patrão, inconsciente e sem coração.

Não contente ainda o snr. Makense, e faminto de vinganças, demitiu também o snr. Herculano, empregado da lancha da mesma Companhia.⁵⁴

⁵² *Vida Operária*, nº 7. Manaus, 21 de março de 1920.

⁵³ “Uma das características do trabalho urbano na Manaus da borracha foi a forte concentração de trabalhadores no setor terciário (comércio e serviços). Em contrapartida o trabalho fabril pouco se desenvolveu, alocando um número mais restrito de trabalhadores em empresas de beneficiamento de produtos regionais como a castanha, nas fábricas de gelo e cerveja ou ainda nas oficinas gráficas locais”. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Apresentação. *Vivências Urbanas: o cotidiano de trabalhadores na contramão dos processos de modernização em Manaus. Fronteiras do Tempo*, vol. 1, n. 2, Manaus, dez./2011, p. 5.

⁵⁴ *Vida Operária*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920.

Associadas as demissões vinham às qualificações sobre o patronato.

O gerente ou coisa que o valha, senhor de barço e cutello da “Manãos Tramways”, (por infelicidade nossa) num acesso de prepotência inqualificável, despediu segunda-feira última 9 do corrente o foguista Flaviano Borges de Lima, honrado chefe de família, que vinha prestando os seus serviços profissionais aquella companhia, há cerca de 6 mezes, sem a menor nota desabonadora.⁵⁵

Nesse trecho, e em outros presentes no jornal, é possível assinalar a emergência de um discurso que buscava desenhar a relação patrão/empregado. Consistia na postura diferenciada do patrão e do operário. O patrão era retratado como “prepotente”, “arrogante”, “sem coração” em oposição ao operário “sem a menor nota desabonadora”, ou seja, cumpridor de seus deveres.

Isto evidencia a tentativa de construção de um discurso de boa conduta do operário x patrão autoritário. Ao que parece, esse discurso se deveu menos a tentativa de fazer com que o patrão repensasse a medida tomada do que a vontade de tornar público as demissões ocorridas, inserindo-as no interior da contradição Capital/Trabalho, acentuada numa conjuntura de crise e desemprego.⁵⁶

Embora não seja finalidade desta comunicação explorar o discurso construído pelo jornal sobre o patronato, aponta-se para o alerta feito por Michele Perrot em dar maior visibilidade à forma como os padrões são percebidos pelos trabalhadores para uma melhor percepção das dimensões e densidades das tensões existentes entre eles.⁵⁷

Porém, as demissões não estão ligadas somente a crise econômica, mas também as chamadas “políticas de modernização”.

⁵⁵ *Vida Operária*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920.

⁵⁶ Embora as demissões contribuíssem para conduzir os operários destas empresas a uma situação de desemprego e de privação dos elementos necessários a sobrevivência, percebeu-se que alguns procuravam outros espaços de trabalho e obtinham êxito: “O Herculano S., que fora há dias dispensado da “Amazon Engeneering” devido a prepotência e arrogância do gerente daquela companhia, acha-se os misteres de sua profissão, na casa Miranda Corrêa e C”. *Vida Operária*, n. 5. Manaus, 07 de março de 1920.

⁵⁷ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História... Op. Cit.*, p. 81-125.

O sr. Makfald, homem sem entranhas e sem coração, procura por todos os meios, inutilizar e oprimir a esses desventurados estivadores, vomitando sobre eles a sua peçonhosa cólera de burguez faminto. Esse inqualificável burguez, de volta de sua terra, trouxe para experiência um carrinho automóvel, para transportes de mercadorias, nos armazéns da Manáos Harbour, cujas experiências, deram optimos resultados, e o sr. Makfald fez encomenda de mais 5 desses carrinhos.

Com os taes carrinhos a Manáos Harbour, economizará 70% de trabalhadores, sendo bem provável que em breve esse Makfald, faça nova viagem, e na volta traga aparelhos automáticos e electricos, afim de substituir todos os empregados e trabalhadores da Manáos Harbour.

Não vamos de encontros ao progressos da sciencia, mas vamos de arrojo contra esse Albion nojento, que ostensivamente proclama num autoritarismo sem qualificativo, que trouxera de sua terra um título nobiliarchico como garantia, para poder fazer aquilo que bem entender...⁵⁸

Nesse ponto, o jornal evidenciou o caso da Manaós Harbour, empresa inglesa responsável pelos serviços portuários em Manaus, que adotou uma “política de modernização” que foi vista como uma ameaça pelos seus trabalhadores.

Não se pode perder de vista que tanto a crise econômica como a política de modernização causavam preocupações legítimas para os trabalhadores, que queriam manter-se nos seus postos de trabalho. Isto não foi um fenômeno presente unicamente em Manaus. Boris Fausto assinalou que a emergência de uma greve na companhia paulista em 1906, bem antes da notícia veiculada pelo jornal *Vida Operária*, deu-se pela política de modernização adotada pela empresa, que afetou em primeiro lugar o nível salarial, em virtude do estabelecimento de três feriados não pagos por mês. No segundo momento, o nível de emprego, quando centenas de operários começaram a passar por um processo de demissões.⁵⁹

Na mesma linha, posicionando-se contra as demissões provenientes do aperfeiçoamento tecnológico que afetou os gráficos (introdução das máquinas de linotipo), a *Voz do Trabalhador* defendeu o uso das máquinas e a manutenção no emprego de todos os trabalhadores, com uma jornada de 4 horas e salários mais elevados.⁶⁰

⁵⁸ *Vida Operária*, nº 9. Manaus, 04 de abril de 1920.

⁵⁹ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

⁶⁰ *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1909.

Também a imigração, terceiro grupo de denúncias, gerou conflitos entre os trabalhadores. Ela apareceu ligada a duas questões fundamentais: a concorrência no mercado de trabalho entre brasileiros e estrangeiros – no caso, a contratação deste último em detrimento daquele – e o desrespeito à legislação (lei estadual nº 962, de 4 de Setembro de 1918 e lei municipal nº 979, de 25 de Outubro de 1918) que reservava 2/3 das vagas aos trabalhadores nacionais no serviço público feito administrativamente ou por arrendamento.

Em artigo intitulado “A Limpeza Pública” denunciou-se a admissão de trabalhadores imigrantes em detrimento dos nacionais/nativos. Este artigo mencionou as propostas apresentadas pelos concorrentes Lima Ruas, José Tolentino e Jorge Santos para celebração de contrato de prestação de serviços de Limpeza Pública.

Segundo o jornal, a reunião em que os projetos e as propostas foram apresentados ocorreu no Paço Municipal e contou com a presença dos empregados da categoria, dos proponentes, das diversas pessoas gradas e dos representantes da imprensa, entre estes os colaboradores do jornal *Vida Operária*.

Os representantes do jornal *Vida Operária*, presentes na reunião, ao apreciarem as propostas chegaram à conclusão que não deveriam ser aceitas, pois feriam

de modo insophismavel, as disposições das leis nº 962 de 4 de Setembro de 1918 e 979 de 25 de Outubro de 1918, aquella estadual e esta municipal.

Clara nas suas interpretações, dizem as citadas Leis que, em nenhum serviço público feito administrativamente ou por arrendamento, não poderá deixar de trabalhar, pelo menos dois terços de operários e trabalhadores nacionais, sendo os concorrentes obrigados a respeitarem, nas suas propostas estes dispositivos.⁶¹

Para eles nenhuma das propostas apresentadas à superintendência respeitava essa obrigação. Desta forma, em tom de denúncia, o jornal acusou o Sr. Jorge Santos, que era o atual responsável por este serviço, de não ter admitido trabalhadores nacionais/nativos.

⁶¹ *Vida Operária*, nº 11. Manaus, 18 de abril de 1920.

Claudio Batalha ao falar sobre a imigração e seu impacto sobre a classe operária destacou que ela pode ser vista mais como elemento de dissenso do que de consenso entre os trabalhadores.

⁶² Deste modo, os estrangeiros que chegavam a Manaus e que passavam a disputar os espaços no mercado de trabalho com os nacionais, acabavam por causar ressentimentos nestes. Ainda mais com a crise econômica existente (o que acabava por diminuir a oferta de emprego) e a preferência do patronato pelos trabalhadores estrangeiros. ⁶³

Talvez isso explique a proposta de proibição da imigração presente no jornal. Consoante o jornal, os imigrantes europeus que haviam se deslocado de seu continente em direção à América, mas especificamente à Manaus, poderiam ter escapado “do fuzil e da granada”, porém não escapariam das negruras da fome oriundas da falta de emprego. A “Canaam falada” não passava de uma imagem criada, denunciava o jornal. E mais, dizia que a esperança de dias melhores, que acompanhava os imigrantes no processo de deslocamento, poderia se materializar numa grande desilusão.

A proibição da imigração estrangeira na presente epocha, em que a europa está escangalhada, e vós aqui? A braços pela falta de trabalho, vendo as vossas esposas e os vossos filhinhos nus e crus, sem terdes remédio a dar, quanto mais, quando entrar centenas de milhares de immigrantes, pensando que esta terra é a Canaam fallada !...

Evitando a imigração, é uma obra de caridade, que fazeis aos vossos irmãos. Elles escaparam do fuzil e da granada, porém não escaparão da fome ... ⁶⁴

Muito embora em contextos e conjunturas diferenciadas, essa discussão contra a imigração não se deu só no Amazonas. Em reuniões realizadas no Rio de Janeiro, em Santos e em São Paulo, no ano de 1913, o movimento operário chegou a realizar uma campanha contra a imigração para o

⁶² BATALHA, Cláudio. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. IN: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano Vol 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 166.

⁶³ Ver AVELINO, Alexandre Nogueira. *O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho: a revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas*. Dissertação de Mestrado: UFAM, 2008.

⁶⁴ *Vida Operária*, nº 2. Manaus, 15 de fevereiro de 1920.

Brasil. Essa campanha, longe de representar uma reação contra este elemento, tinha por objetivo explicitar aos potenciais candidatos a imigração, assim como aos seus governos, as condições adversas que encontrariam no Brasil. Sobretudo numa conjuntura de perseguição e repressão ao movimento operário e ao estrangeiro em particular sujeito ao enquadramento na Lei de Expulsão de Estrangeiros elaborada e aprovada em 1907 e ampliada, em seus dispositivos no ano de 1913.⁶⁵

Das vivências e experiências os trabalhadores de Manaus construíram uma série de demandas que visavam modificar e melhorar as suas condições de vida e trabalho. O jornal Vida Operária recepcionou algumas delas com destaque para a diminuição da jornada de trabalho (estipulada em 8 horas diárias), pontualidade no pagamento, elevação dos níveis salariais, criação de tribunais arbitrários para julgamento de conflitos entre patrão e empregado (com destaque para uma atuação do Estado enquanto árbitro da questão), estabilidade no emprego, enfim, uma série de pontos a serem discutidos e implementados.

Porém, na vigência de um regime liberal e excludente, sendo a participação política direito de uma minoria, as demandas operárias, embora atingindo mesmo que de forma modesta os espaços institucionais, eram externadas, sendo o jornal Vida Operária um instrumento desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da economia gomífera na região amazônica impactou significativamente a cidade de Manaus, tornando-a entreposto comercial. Este processo produziu fortes transformações que atingiram tanto o espaço urbano da cidade, que passou por uma metamorfose, quanto o universo do trabalho urbano.

Com relação a este último, por meio do jornal Vida Operária, foi possível identificar três grandes aspectos: 1) a racionalização do trabalho, fruto das transformações que se deram na cidade,

⁶⁵ GYTAHY, Maria Lúcia Caira. *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 69-71.

2) o impacto que a crise econômica exerceu no mundo do trabalho e 3) a imigração e as disputas travadas por trabalho entre os estrangeiros e os nacionais/nativos.

No primeiro caso, não foram poucos os artigos, alguns estão no decorrer do texto, veiculados pelo jornal denunciando a ampliação da jornada de trabalho, a vigilância executada, as penalidades e multas aplicadas.

No segundo, também não foram modestas as colunas que destacaram a precarização do espaço de trabalho, das condições de trabalho, e como isso poderia potencialmente causar acidentes, como de fato causaram.

Por fim, ficou evidente, pelos trechos retirados do jornal, que a imigração produziu disputas por espaços de trabalho entre os estrangeiros e os nacionais/nativos, o que se intensificou em momento de crise econômica e da preferência do patronato pelos trabalhadores estrangeiros, fomentando até mesmo uma posição, materializada no jornal, contra a imigração.

Cabe assinalar que as denúncias, na esmagadora maioria, eram direcionadas as empresas concessionárias dos serviços urbanos, de capital inglês, que, por um lado, implantavam e encarnavam as práticas de disciplinamento do trabalho, por outro, sofreram as consequências da crise econômica.

Não se pode deixar de mencionar que a crise atingiu, além das empresas estrangeiras, principalmente o setor comercial. Vários estabelecimentos comerciais fecharam suas portas, demitindo seus funcionários. Com a diminuição do movimento comercial, outras categorias de trabalhadores que possuíam atividades ligadas, de forma direta ou indireta, com o setor comercial sofreram redução. A crise gerou falências e desempregos.⁶⁶ Porém, os impactos da crise neste setor praticamente só apareceram tangencialmente nas páginas do jornal Vida Operária, o que pode ser explicado por três elementos articulados: as críticas e denúncias direcionadas para as empresas estrangeiras associadas à crise econômica e a posição política reformista do jornal que o levava a fomentar alianças com os setores comerciais locais para superar a crise econômica, numa espécie de “colaboração entre as classes”, mas isso é outra história...

⁶⁶ WEISTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia... Op. Cit.*, p. 261-271.